



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 252/XII/ 4.ª SL

Aos 09 dias do mês de abril de 2015, pelas 17:58 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Nova apreciação da Proposta de Lei n.º 287/XII/4ª (GOV) – “Aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros.”

2. Fixação da Redação final relativa às seguintes iniciativas:

– Propostas de Lei n.º 226/XIII/3.ª (GOV) – “Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção.”

– Propostas de Lei n.º 227/XII/3.ª (GOV) – “Procede à primeira alteração à Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras particulares de classe 6 ou superior e de direção de fiscalização de obras públicas ou particulares.”

---

Por impossibilidade de presença do Senhor Presidente, presidiu à reunião o Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Fernando Serrasqueiro (PS).

**1. Nova apreciação da Proposta de Lei n.º 287/XII/4ª (GOV) – “Aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros.”**

Usou da palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), para expressar discordância em relação à Proposta de Lei e às propostas de alteração apresentadas pelo PSD/CDS-PP, pelo que o seu grupo parlamentar votaria contra umas e outras. Em relação às propostas de alteração apresentadas pelo PS, informou que se iria abster em quatro e votaria contra as restantes.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 252/XII/ 4.ª SL

Pelo Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) foi afirmado que o PS tinha apresentado um conjunto de propostas de alteração com o intuito de salvar uma iniciativa legislativa que tinha alguns erros capitais, e são relativas ao regime transitório de financiamento para os municípios não compreendidos nas áreas metropolitanas e nas comunidades intermunicipais, à não descentralização do transporte fluvial, ao financiamento das infraestruturas, do material circulante, ao financiamento das obrigações do serviço público de transporte de passageiros, e ao facto de se manter na alçada do Estado a gestão do Metropolitano de Lisboa, da Carris, da STCP e do Metro do Porto até ao fim das novas subconcessões.

O Senhor Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) começou por lembrar que esta proposta de lei tinha tido a participação de várias entidades, na sua fase inicial, e informar que o PSD e CDS-PP tinham apresentado propostas de alteração para melhorar a iniciativa em causa e pretendiam votar a favor de algumas das apresentadas pelo PS. Realçou o facto de toda a fiscalização e controlo serem completamente descentralizados e de muitos concelhos terem aqui novas oportunidades, no que toca à subsidiação do serviço público de transportes, ao alargamento do Passe Social+ e o Portugal Porta a Porta.

A discussão e votação indiciária da Proposta de Lei n.º 287/XII/4.ª, bem como das propostas de alteração que foram apresentadas, decorreu nos termos do [relatório de votações indiciárias](#) que consta da página da iniciativa na Internet.

No decurso da discussão e votação indiciária, o PSD pretendeu apresentar uma proposta de alteração ao artigo 3.º da proposta de lei e outra ao artigo 5.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, que consta do anexo à proposta de lei. O Grupo Parlamentar do PS recusou a apresentação destas propostas nesta altura, alegando que o prazo para apresentação de propostas de alteração tinha sido fixado até ao dia 6 de abril e que apenas tinha concordado a apresentação, em última hora, de propostas de clarificação mas as que estavam agora em causa procediam a alterações de substância em relação ao disposto na proposta de lei.



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

### ATA NÚMERO 252/XII/ 4.ª SL

Não tendo havido consenso para a entrada destas propostas de alteração, o Grupo Parlamentar proponente optou informar que iria estudar as opções que tinha, nomeadamente a de fazer avocação para o Plenário destes dois artigos.

#### **2. Fixação da Redação final relativa às seguintes iniciativas:**

– **Propostas de Lei n.º 226/XIII/3.ª (GOV) – “Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade da construção.”**

– **Propostas de Lei n.º 227/XII/3.ª (GOV) – “Procede à primeira alteração à Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, coordenação de projetos, direção de obra pública ou particular, condução da execução dos trabalhos das diferentes especialidades nas obras particulares de classe 6 ou superior e de direção de fiscalização de obras públicas ou particulares.”**

A redação final de ambas as iniciativas legislativas foi fixada sem votos contra, nos termos regimentais.

A Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD) informou que, apesar de ter sido detetado nesta fase um erro no texto final da Proposta de Lei n.º 227/XII/4.ª, a sua correção não seria possível em redação final, sob risco de inconstitucionalidade, pelo que não queria deixar de fazer este registo.

A reunião foi encerrada às 20:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de abril de 2015.

**O VICE-PRESIDENTE**

**(FERNANDO SERRASQUEIRO)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 252/XII/ 4.ª SL

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Altino Bessa  
Ana Paula Vitorino  
Bruno Dias  
Carina Oliveira  
Eduardo Teixeira  
Fernando Serrasqueiro  
Helder Amaral  
Luís Leite Ramos  
Luís Vales  
Nuno Filipe Matias  
Nuno Serra  
Odete Silva  
Paulo Ribeiro de Campos  
Pedro Pinto  
Rui Paulo Figueiredo  
Valter Ribeiro  
Bruno Inácio  
Cristóvão Crespo  
Gabriel Côte-Real Goucha  
João Paulo Correia  
Rui Barreto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Jesus  
Heloísa Apolónia  
Hortense Martins  
Mariana Mortágua  
Nuno Encarnação  
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: